

# DPE-RS

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO

500 questões gabaritadas  
Praticando



CÓD: SL-089MR-23  
7908433234203

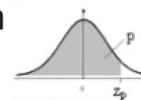
## Questões Gabaritadas:

1. Língua Portuguesa .....	5
2. Raciocínio Lógico-Matemático .....	23
3. Noções de Direito Constitucional .....	43
4. Noções de Direito Administrativo .....	63
5. Noções de Administração de Recursos Humanos e Gestão Pública .....	89
6. Noções de Direito Penal .....	107
7. Noções de Direito Civil .....	123
8. Noções de Direito Processual Civil .....	133
9. Noções de Administração .....	141

11. FGV - ES (SEMSA MANAUS)/PREF MANAUS/ESTATÍSTICO/2022

Assunto: Teorema da Probabilidade Total

**Distribuição Normal Padrao Acumulada**



Fornece  $\Phi(z) = P(-\infty < Z \leq z)$ , para todo  $z$ , de 0,01 em 0,01, desde  $z=0,00$  até  $z = 3,59$

A distribuição de Zé Normal (0:1)

z	0,00	0,01	0,02	0,03	0,04	0,05	0,06	0,07	0,08	0,09
0,0	0,5000	0,5040	0,5080	0,5120	0,5160	0,5199	0,5239	0,5279	0,5319	0,5359
0,1	0,5398	0,5438	0,5478	0,5517	0,5557	0,5596	0,5636	0,5675	0,5714	0,5753
0,2	0,5793	0,5832	0,5871	0,5910	0,5948	0,5987	0,6026	0,6064	0,6103	0,6141
0,3	0,6179	0,6217	0,6255	0,6293	0,6331	0,6368	0,6406	0,6443	0,6480	0,6517
0,4	0,6554	0,6591	0,6628	0,6664	0,6700	0,6736	0,6772	0,6808	0,6844	0,6879
0,5	0,6915	0,6950	0,6985	0,7019	0,7054	0,7088	0,7123	0,7157	0,7190	0,7224
0,6	0,7257	0,7291	0,7324	0,7357	0,7389	0,7422	0,7454	0,7486	0,7517	0,7549
0,7	0,7580	0,7611	0,7642	0,7673	0,7704	0,7734	0,7764	0,7794	0,7823	0,7852
0,8	0,7881	0,7910	0,7939	0,7967	0,7995	0,8023	0,8051	0,8078	0,8106	0,8133
0,9	0,8159	0,8186	0,8212	0,8238	0,8264	0,8289	0,8315	0,8340	0,8365	0,8389
1,0	0,8413	0,8438	0,8461	0,8485	0,8508	0,8531	0,8554	0,8577	0,8599	0,8621
1,1	0,8643	0,8665	0,8686	0,8708	0,8729	0,8749	0,8770	0,8790	0,8810	0,8830
1,2	0,8849	0,8869	0,8888	0,8907	0,8925	0,8944	0,8962	0,8980	0,8997	0,9015
1,3	0,9032	0,9049	0,9066	0,9082	0,9099	0,9115	0,9131	0,9147	0,9162	0,9177
1,4	0,9192	0,9207	0,9222	0,9236	0,9251	0,9265	0,9279	0,9292	0,9306	0,9319
1,5	0,9332	0,9345	0,9357	0,9370	0,9382	0,9394	0,9406	0,9418	0,9429	0,9441
1,6	0,9452	0,9463	0,9474	0,9484	0,9495	0,9505	0,9515	0,9525	0,9535	0,9545
1,7	0,9554	0,9564	0,9573	0,9582	0,9591	0,9599	0,9608	0,9616	0,9625	0,9633
1,8	0,9641	0,9649	0,9656	0,9664	0,9671	0,9678	0,9686	0,9693	0,9699	0,9706
1,9	0,9713	0,9719	0,9726	0,9732	0,9738	0,9744	0,9750	0,9756	0,9761	0,9767
2,0	0,9772	0,9778	0,9783	0,9788	0,9793	0,9798	0,9803	0,9808	0,9812	0,9817
2,1	0,9821	0,9826	0,9830	0,9834	0,9838	0,9842	0,9846	0,9850	0,9854	0,9857
2,2	0,9861	0,9864	0,9868	0,9871	0,9875	0,9878	0,9881	0,9884	0,9887	0,9890
2,3	0,9893	0,9896	0,9898	0,9901	0,9904	0,9906	0,9909	0,9911	0,9913	0,9916
2,4	0,9918	0,9920	0,9922	0,9925	0,9927	0,9929	0,9931	0,9932	0,9934	0,9936
2,5	0,9938	0,9940	0,9941	0,9943	0,9945	0,9946	0,9948	0,9949	0,9951	0,9952
2,6	0,9953	0,9955	0,9956	0,9957	0,9959	0,9960	0,9961	0,9962	0,9963	0,9964
2,7	0,9965	0,9966	0,9967	0,9968	0,9969	0,9970	0,9971	0,9972	0,9973	0,9974
2,8	0,9974	0,9975	0,9976	0,9977	0,9977	0,9978	0,9979	0,9979	0,9980	0,9981
2,9	0,9981	0,9982	0,9982	0,9983	0,9984	0,9984	0,9985	0,9985	0,9986	0,9986
3,0	0,9987	0,9987	0,9987	0,9988	0,9988	0,9989	0,9989	0,9989	0,9990	0,9990
3,1	0,9990	0,9991	0,9991	0,9991	0,9992	0,9992	0,9992	0,9992	0,9993	0,9993
3,2	0,9993	0,9993	0,9994	0,9994	0,9994	0,9994	0,9994	0,9995	0,9995	0,9995
3,3	0,9995	0,9995	0,9995	0,9996	0,9996	0,9996	0,9996	0,9996	0,9996	0,9997
3,4	0,9997	0,9997	0,9997	0,9997	0,9997	0,9997	0,9997	0,9997	0,9997	0,9998
3,5	0,9998	0,9998	0,9998	0,9998	0,9998	0,9998	0,9998	0,9998	0,9998	0,9998

objetivo, como regra, a exploração de atividades gerais de caráter econômico e, em algumas ocasiões, a prestação de serviços públicos.

II. Pessoa jurídica de direito público, criada por lei específica para desempenhar funções que, despidas de caráter econômico, são próprias e típicas do Estado.

As entidades acima conceituadas são, respectivamente:

- (A) empresa pública e fundação pública;
- (B) fundação privada e autarquia;
- (C) sociedade de economia mista e autarquia;
- (D) sociedade de economia mista e empresa pública;
- (E) empresa pública e autarquia.

9. FGV - ES (SEMSA MANAUS)/PREF MANAUS/ADVOGADO/2022

Assunto: Administração Indireta

Observadas todas as formalidades legais, o Município Delta criou a sua Fundação Municipal de Saúde, como fundação pública e com personalidade jurídica de direito público, destinada a implementar o sistema unificado e descentralizado de saúde no âmbito local.

De acordo com a legislação de regência e a doutrina de Direito Administrativo, a citada fundação pública

- (A) tem seus bens caracterizados pela penhorabilidade, prescritebilidade e não onerabilidade.
- (B) não se submete à fiscalização contábil, financeira e orçamentária exercida pelo Tribunal de Contas.
- (C) goza de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, cuja contagem tem início a partir da intimação pessoal.
- (D) adota o regime geral de previdência social, para seus servidores, que são empregados públicos admitidos mediante concurso público.
- (E) não se sujeita às normas da lei geral de licitações e contratos administrativos, diante de sua natureza fundacional, mas suas contratações devem atender ao princípio da economicidade.

10. FGV - ACE (TCE TO)/TCE TO/ADMINISTRAÇÃO/2022

Assunto: Administração Indireta

Ana, estudiosa da Administração Pública indireta, questionou Pedro a respeito da compatibilidade dos conceitos de personalidade jurídica e órgão despersonalizado com o referencial de descentralização administrativa.

Pedro respondeu, **corretamente**, que:

- (A) entes personificados e órgãos despersonalizados

serão integrados, ou não, ao referido referencial, conforme haja, ou não, determinação legal nesse sentido;

(B) o mencionado referencial é incompatível com a concepção de personalidade jurídica, sendo esta última própria do ente federativo dotado de autonomia política;

(C) apenas os entes personalizados, não os órgãos despersonalizados, ainda que tenham maior liberdade decisória, se ajustam ao mencionado referencial;

(D) o mencionado referencial é indiferente à natureza das estruturas que venham a integrá-lo, sendo direcionado pelo atendimento a uma finalidade de interesse público e pela autonomia decisória;

(E) o órgão despersonalizado somente passará a integrar o mencionado referencial caso sua criação tenha sido autorizada em lei.

11. FGV - CL (SEN)/SEN/ASSESSORAMENTO LEGISLATIVO/DIREITO CONSTITUCIONAL, ADMINISTRATIVO, ELEITORAL E PROCESSO LEGISLATIVO/2022

Assunto: Administração Indireta

O ente Gama da administração indireta federal tem personalidade jurídica de direito público, possui patrimônio próprio e foi criado para desenvolver atividade típica de Estado, com liberdade para agir nos limites administrativos da lei específica que o criou.

Diante dessas peculiaridades, é correto afirmar que o ente Gama é uma

- (A) empresa pública.
- (B) sociedade de economia mista.
- (C) organização não governamental.
- (D) fundação privada.
- (E) autarquia.

12. FGV - AJ TRT13/TRT 13/ADMINISTRATIVA/"SEM ESPECIALIDADE"/2022

Assunto: Administração Indireta

A autarquia federal Alfa, regularmente constituída, desempenha funções que, despidas de caráter econômico, são próprias e típicas do Estado. De acordo com o ordenamento jurídico e a doutrina de Direito Administrativo, é correto afirmar que a autarquia federal Alfa

- (A) integra a Administração Direta federal e exerce atividades de inegável interesse público.
- (B) exerce atividades de inegável interesse público, apesar de ser pessoa jurídica de direito privado.
- (C) faz parte da Administração Indireta federal e ostenta personalidade jurídica de direito privado.

8. FGV - ANA (MPE SC)/MPE SC/DADOS E PESQUISAS/2022

Assunto: Da Família Substituta: guarda, tutela e adoção (ECA, arts. 28 ao 52-D)

O Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece que a colocação em família substituta far-se-á mediante determinados institutos, independentemente da situação jurídica da criança ou adolescente, nos termos daquela Lei.

Como exemplo desses institutos, a Lei nº 8.069/1990 destaca a:

- (A) curatela, que obriga a prestação de assistência material, moral e educacional à criança ou ao adolescente, conferindo a seu detentor o direito de opor-se a terceiros, exceto aos pais;
- (B) curatela, que é exercida pelo curador nomeado por testamento ou qualquer documento autêntico, que deverá, no prazo de trinta dias após a abertura da sucessão, ingressar com pedido destinado ao controle judicial do ato;
- (C) adoção, que atribui a condição de filho ao adotado, com os mesmos direitos e deveres, exceto sucessórios, desligando-o de qualquer vínculo com pais e parentes, inclusive os impedimentos matrimoniais;
- (D) adoção, que é medida excepcional e revogável, à qual se deve recorrer apenas quando esgotados os recursos de manutenção da criança ou adolescente na família natural ou extensa;
- (E) tutela, que será deferida, nos termos da lei civil, a pessoa de até 18 anos incompletos e pressupõe a prévia decretação da perda ou suspensão do poder familiar e implica necessariamente o dever de guarda.

9. FGV - JE TJSC/TJ SC/2022

Assunto: Da Família Substituta: guarda, tutela e adoção (ECA, arts. 28 ao 52-D)

Juliana e Mário são casados e habilitados à adoção. Após serem contatados pela equipe técnica da Vara da Infância e Juventude, iniciam a aproximação com a criança Amanda, de 5 anos, que se encontra acolhida. O casal propõe ação de adoção com requerimento de guarda provisória da criança, que é deferida pelo magistrado. Durante o estágio de convivência, os requerentes e a criança estabelecem fortes vínculos afetivos, sendo certo que Amanda os identifica como seus pais, conforme consta dos estudos técnicos realizados no curso do processo. Antes do encerramento do processo de adoção, Juliana e Mário resolvem

se divorciar, sendo acordado pelo casal que a guarda será compartilhada e que Amanda residirá nos dias de semana com Juliana, com o exercício de livre visitação por Mário.

  luz do disposto na Lei n  8.069/1990 (ECA) e tendo em vista os fatos narrados,   correto afirmar que:

- (A) Juliana e Mário não poderão adotar Amanda conjuntamente, pois   indispensável que os adotantes sejam casados civilmente ou mantenham união estável;
- (B) somente Juliana poderá adotar Amanda, na medida em que reside com a criança, não sendo admissível por lei a ado o conjunta por pessoas divorciadas ou separadas judicialmente;
- (C) o pedido de ado o poderá ser julgado procedente, pois houve acordo sobre a guarda e a visita o, tendo o estágio de convivência se iniciado durante o casamento;
- (D) a ado o poderá ser deferida a Mário apenas se tiver ocorrido inequívoca manifesta o do desejo de adotar Amanda, antes de concluído o divórcio, e houver anuência de Juliana com a ado o;
- (E) em razão do divórcio ocorrido antes de julgada a a o de ado o, será obrigatória a consulta ao Sistema Nacional de Ado o e Acolhimento (SNA), para a verifica o de eventuais habilitados interessados em adotar a criança.

10. FGV - OAB UNI NAC/OAB/2022

Assunto: Da Família Substituta: guarda, tutela e ado o (ECA, arts. 28 ao 52-D)

Luiza, hoje com cinco anos, foi adotada regularmente por Maria e Paulo quando tinha três anos. Ocorre que ambos os adotantes vieram a falecer em um terrível acidente automobilístico.

Ciente disso, a mãe biológica de Luiza, que sempre se arrependera da perda da sua filha, manifestou-se em ter sua maternidade biológica restaurada.

Com base nos fatos acima, assinale a afirmativa correta.

- (A) O falecimento dos pais adotivos conduz   imediata e automática restaura o do poder familiar da ascendente biológica.
- (B) O falecimento dos pais adotivos não restabelece o poder familiar dos pais naturais.
- (C) O falecimento dos pais adotivos não transfere o poder familiar sobre o adotado sup r stite ao parente mais próximo dos obituados, devendo ser reaberto processo de ado o.
- (D) Falecendo ambos os pais e inexistindo parentes destes aptos   tutela, somente então se restaura o po-

- (C) da inafastabilidade do controle jurisdicional;
- (D) do contraditório;
- (E) da motivação das decisões judiciais.

8. FGV - TSJ (DPE RJ)/DPE RJ/2019  
Assunto: Da Jurisdição (art. 16)

Constitui uma exceção à característica inerte da jurisdição:

- (A) ação possessória tendo por objeto bem público;
- (B) *habeas data*;
- (C) restauração de autos;
- (D) ação popular;
- (E) mandado de injunção.

9. FGV - TEC (MPE RJ)/MPE RJ/NOTIFICAÇÃO E ATOS INTIMATÓRIOS/2016  
Assunto: Da Jurisdição (art. 16)

No tocante à inércia, uma exceção a tal característica da jurisdição, de acordo com a legislação processual vigente, é a:

- (A) interdição;
- (B) reintegração de posse de imóvel público;
- (C) restauração de autos;
- (D) anulação de contrato administrativo;
- (E) nulidade de casamento.

10. FGV - AFRE MG/SEF MG/TRIBUTAÇÃO/2023  
Assunto: Da ação (arts. 17 a 20)

Determinado contribuinte ingressou em juízo, mediante ação ordinária, em face do Estado de Minas Gerais, requerendo o reconhecimento do direito à compensação tributária sobre operações sujeitas a incidência de ICMS.

Acerca do caso acima narrado, assinale a afirmativa correta.

- (A) A petição inicial deve ser indeferida, pois o processo civil brasileiro não admite a ação meramente declaratória; alternativamente, poderá o juiz determinar a emenda à inicial para que o contribuinte inclua pedido condenatório.
- (B) Diante da natureza meramente declaratória da ação proposta pelo contribuinte, o contraditório poderá ser dispensado, conforme previsão expressa do Código de Processo Civil, podendo o juiz, após o juízo de admissibilidade positivo da petição inicial, proferir sentença desde logo.
- (C) Para postular em juízo é necessário ter interesse e legitimidade, sendo certo que o interesse processual

pode se limitar à declaração da existência de uma relação jurídica.

(D) As ações declaratórias admitem substituição processual, hipótese em que o substituído poderá intervir no processo na qualidade de assistente simples.

(E) O reconhecimento do direito à compensação tributária possui natureza mandamental, à luz da classificação das espécies de ação.

11. FGV - ESTAG (MPE BA)/MPE BA/DIREITO/2022  
Assunto: Da ação (arts. 17 a 20)

Antônia, civilmente capaz, inconformada com as feitas provas das agressões que sua filha Maria sofre de seu genro Paulo, com quem Maria é casada, propõe ação de divórcio em face deste, por intermédio de seu procurador constituído nos autos, para dissolver o casamento de sua filha.

Nesse cenário, é correto afirmar que:

- (A) Antônia tem legitimidade ordinária para a propositura da ação de divórcio;
- (B) Antônia tem legitimidade extraordinária para a propositura da ação de divórcio;
- (C) falta uma das condições para o legítimo exercício do direito de ação;
- (D) falta a capacidade postulatória para que Antônia ajuíze a ação de divórcio;
- (E) o juiz deve julgar desde logo procedente o pedido, uma vez que há provas do fato.

12. FGV - TJ (TJ RO)/TJ RO/2021  
Assunto: Da ação (arts. 17 a 20)

O Ministério Público, por intermédio de seu Promotor de Justiça com atribuição, autorizado pelo ordenamento jurídico, ajuíza uma ação, em nome próprio, na defesa dos interesses de um incapaz.

Nesse caso, é correto afirmar que o Ministério Público atuará na qualidade de:

- (A) legitimado ativo ordinário;
- (B) substituto processual;
- (C) assistente litisconsorcial;
- (D) representante legal;
- (E) sucessor processual.